

ATAS

Ata Número Dois

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do edifício sede da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada, em Bagunte, reuniu a Assembleia de Freguesia, sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Amorim Cardoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia
 - a) Apreciação e votação da Ata nº 1 – Quadriénio 2017/2021;
 - b) Outros assuntos.
2. Período da Ordem do Dia
 - a) Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o Quadriénio 2017/2021;
 - b) Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Centro de Convívio Sénior;
 - c) Apreciação e votação da proposta de Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2018;
 - d) Apreciação e votação da proposta para autorização da realização de Acordos de Execução (delegação legal de atribuições e competências) entre a Câmara Municipal de Vila do Conde e a União das Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada para o ano de 2018;
 - e) Apreciação e votação da proposta para verificação das condições do exercício de funções do Sr. Presidente de Junta a Meio Tempo;
 - f) Apreciação e votação das Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2018;
 - g) Informação do Sr. Presidente da Junta sobre actividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira.
3. Período depois da Ordem do Dia

Iniciou-se a reunião com a presença de todos os elementos da Assembleia de Freguesia.

Procedeu-se à leitura da ata nº 1.

O Sr. António Ramalho observou que a ata era omissa relativamente às seguintes intervenções na reunião anterior da Assembleia: o Sr. José Sousa disse que sabia que o programa eleitoral levado a escrutínio era impossível de cumprir e a Dra. Elisa Ferraz, em resposta a esta intervenção, disse que o programa eleitoral era para cumprir.

A ata nº 1 foi posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo intervenções no ponto um, alínea b) no período antes da ordem do dia, passou-se ao período da ordem do dia, alínea a) Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o Quadriénio 2017/2021.

O presidente da Assembleia de freguesia, relativamente à versão do regimento que foi distribuída na convocatória, propôs que, para além das duas possibilidades indicadas de convocação das sessões (carta registada com aviso de recepção ou correio electrónico), fosse acrescentada a possibilidade de entrega em mão própria. O Sr. António Ramalho admitiu essa possibilidade, desde que fosse ressalvado o registo da recepção dos documentos. O Presidente da Assembleia de Freguesia propôs a votação do regimento com esta alteração de entrega em mão, com protocolo de entrega.

O regimento foi posto à votação e aprovado por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte: alínea b) Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Centro de Convívio Sénior.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que explicou que o Centro de Convívio Sénior tinha estado em funcionamento experimental mas que se impunha agora a criação de um regulamento para funcionar de forma mais legal. Explicou que o regulamento era baseado noutros semelhantes, e adaptado à nossa realidade.

Não tendo havido questões, o regulamento foi posto à votação e aprovado por unanimidade.

ATAS

Passou-se ao ponto seguinte da ordem do dia: alínea c) Apreciação e votação da proposta de Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2018.

O Presidente da Junta informou que existiam duas alterações relativamente ao regulamento anterior, e que tudo o resto se mantinha. A primeira alteração era no anexo III, número 1, relativo aos funerais, de forma a adequar o valor às despesas com este serviço. A segunda alteração era no anexo IV, em que tinha sido acrescentada a taxa dos utentes do Centro de Convívio Sénior.

Não tendo havido questões, o Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças foi posto à votação e aprovado por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos: alínea d) Apreciação e votação da proposta para autorização da realização de Acordos de Execução (delegação legal de atribuições e competências) entre a Câmara Municipal de Vila do Conde e a União das Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada para o ano de 2018;

O Presidente da Junta esclareceu que em termos legais é necessário o acordo da Assembleia de Freguesia para a Junta realizar com a Câmara acordos de execução, como por exemplo para tratar dos espaços verdes.

Não tendo havido questões, este ponto foi posto à votação e aprovado por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos: alínea e) Apreciação e votação da proposta para verificação das condições do exercício de funções do Sr. Presidente de Junta a Meio Tempo.

O Presidente da Junta explicou que neste ponto seria dada continuidade à situação que existia no executivo anterior.

O Sr. António Ramalho lembrou que o anterior Presidente da Junta, Sr. Rui Sousa, tinha justificado o exercício a meio tempo com o fato de com a União das Freguesias o território ser maior e ter mais despesas e questionou o Presidente da Junta sobre o tempo que dedicava à Junta de Freguesia.

O Presidente da Junta respondeu que muitas vezes durante a manhã e durante a tarde estava ao serviço da Junta e também muitas vezes à noite.

O Sr. Paulo Andrade perguntou em média quantas horas por dia estava o Presidente ao serviço da Junta.

O Presidente da Junta respondeu que dedicava pelo menos 4 horas por dia, em média.

O Presidente da Assembleia de Freguesia acrescentou que as funções do Presidente da Junta muitas vezes exigiam que trabalhasse à noite, aos fins de semana, e durante o dia. Realçou que maior disponibilidade para acompanhar de perto os assuntos exige mais tempo.

O Sr. Paulo Andrade afirmou que acompanhou o percurso do anterior Presidente e que este faltava a algumas reuniões e que embora tivesse notasse a presença do atual Presidente, nomeadamente na prova de atletismo que o Bagunte Futebol Clube organizou, era importante definir regras.

O Presidente da Junta explicou que o trabalho do presidente não era só o que era feito na Junta, mas que abrangia as quatro freguesias, uma das quais muito grande, e também envolvia trabalho na Câmara. E repetiu que em média dedicava a estas funções 4 horas ou mais.

Foi posta à votação a proposta para verificação das condições do exercício de funções do Sr. Presidente de Junta a Meio Tempo, que foi aprovada com uma abstenção, da Sra. Emília Figueiro Graça, e oito votos a favor.

Passou-se ao ponto f) da ordem do dia: Apreciação e votação das Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2018.

O Presidente da Junta passou a explicar o enquadramento e as opções do orçamento, que traduz o movimento de verbas no que se refere a receitas e despesas. As receitas correntes resultam, entre outras, de transferências correntes. De receitas de capital está prevista a verba de 5.000 € para investimento no GIP (Gabinete de Inserção Profissional). A União de Freguesias terá um orçamento global para 2018 de 395.797 €, valor aproximado ao de 2017, fruto do aumento das participações da Câmara Municipal para despesas de funcionamento, tendo diminuído a previsão de receitas de capital (obras). As despesas correntes dizem respeito a despesas de pessoal, 44,4 %, e aquisições de bens e serviços, 18,5%.

ATAS

Em apoios a associações culturais, desportivas e recreativas e eventos (passeio sénior, convívio de Natal sénior, Feira do Gado e outros) será alocada o valor de cerca de 7% das despesas.

As despesas de capital consistem essencialmente na aquisição do tractor e investimento em arruamentos, nomeadamente no pagamento das obras de requalificação do Largo de Santana e alargamento da Rua das Pedras.

Há um aumento da previsão das despesas com o pessoal em cerca de 15.000 euros, fruto da contratação de uma pessoa para o Centro de Convívio Sénior e futura Biblioteca e actualização do vencimento dos funcionários. Está previsto um aumento de 6.000 € com aquisição de bens e serviços, nomeadamente por causa do Centro de Convívio Sénior. A previsão de despesas correntes é inferior à previsão das receitas correntes, numa gestão rigorosa, o que cria capacidade de investimento de cerca de 110.000 €.

O Sr. Paulo Andrade perguntou qual seria o montante atribuído às associações e qual seria o critério de atribuição das verbas. O Presidente da Junta respondeu que o montante seria semelhante ao valor do ano anterior e que os critérios iriam ser estudados. O Sr. Paulo Andrade disse que a verba atribuída ao desporto pelo executivo anterior era insuficiente, perguntou se os critérios iriam ser divulgados, e se o plano de actividades das associações seria um dos critérios. O Presidente da Junta confirmou que esse seria um dos critérios.

O Sr. Paulo Andrade lembrou que a Presidente da Câmara se tinha comprometido a apoiar uma obra em cada freguesia. O Presidente da Junta concordou que há muitas obras para fazer e que quer realizar o máximo possível.

A Sra. Emília Graça acrescentou que a Presidente da Câmara se tinha comprometido a que a primeira obra a realizar seria a Urbanização 25 de Abril. O Presidente da Junta respondeu que depois de concluídos os projectos, nomeadamente para as condutas de águas pluviais, seria feito o lançamento de concurso público, mas que ainda não sabia prazos.

Foi posto à votação o documento Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2018, que foi aprovado por unanimidade.

Passou-se ao último ponto da ordem do dia, alínea g) Informação do Sr. Presidente da Junta sobre actividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira.

O Presidente da Junta informou que já se tinha reunido com quase todas as associações, que a Junta tinha colaborado com as iniciativas das associações, nomeadamente com o Presépio Vivo, e com o Bagunte Futebol Clube (na prova de atletismo), tinha sido feita a entrega de presentes de Natal na Escola Agustina Bessa Luis e o Jantar de Natal dos seniores, estava a ser feito o acompanhamento das obras, e tinha havido reuniões com a Câmara Municipal.

Passou-se de seguida ao período depois da ordem do dia.

O Sr. Paulo Andrade questionou o executivo relativamente à aquisição do tractor. O Presidente da Junta informou que a Junta dispunha de duas equipas de cantoneiros e que um tractor por equipa aumentava a rentabilidade do trabalho. Esclareceu que tinha sido ponderada a aquisição de um camião, mas que esta opção teria o problema de não conseguir passar em algumas ruas. O Sr. Sérgio Moninhas acrescentou que uma vez que o anterior tractor tinha incendiado era indispensável um novo equipamento.

O Sr. António Ramalho disse que estava referido nas atas do anterior executivo que tinham sido atribuídas pela Câmara Municipal verbas para a obra Urbanização 25 de Abril e perguntou para onde tinham ido estas verbas. Questionou ainda, relativamente ao Arranjo do Largo de Santana, por quanto tinha sido orçamentado e quanto tinha custado.

O Presidente da Junta esclareceu que tinha sido feito um acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia para a troca de participações. Nesse acordo ficou estabelecido que a Junta custearia o arranjo do Cimo de Vila e a Câmara toda a obra da Urbanização 25 de Abril. Relativamente à obra de requalificação do Largo de Santana, respondeu que o valor total seria de cerca de 140 mil euros, e que já estava realizado o valor de setenta e três mil euros.

O Sr. António Ramalho perguntou quando seria concluída a pavimentação pedonal junto à entrada da Rua do Comércio, referindo que estava um amontoado

ATAS

de pedras no local. O Presidente da Junta respondeu que os empreiteiros estavam de férias e que em princípio no dia seguinte iriam terminar o serviço.

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos presentes não membros da Assembleia de Freguesia.

O Sr. Ouvido Ramos disse que existia um aluimento na Rua de Cavaleiros e perguntou se já se sabia alguma coisa sobre o saneamento. O Presidente da Junta respondeu que iria à Rua de Cavaleiros verificar no local o que se passava; relativamente ao saneamento explicou que este não é responsabilidade da Junta, é da responsabilidade da Câmara e da Indaqua.

A Sra. Olinda Moreira interveio afirmando que o saneamento era uma das promessas eleitorais desta Junta. O Presidente da Junta respondeu que nunca foi promessa eleitoral da Junta porque é um assunto que não é da responsabilidade da Junta. A Sra. Olinda Moreira insistiu que tinha sido uma promessa eleitoral da Junta. O Presidente da Junta negou e disse que esta questão não fazia parte do manifesto eleitoral, apenas constava do manifesto pressionar a Câmara para a execução das obras do saneamento. Explicou que a privatização dos serviços de água e saneamento tinha sido decisão da camara e que os protocolos são entre a Câmara e a Indaqua.

O Sr. António Ramalho declarou que a Indaqua tem de assumir as suas responsabilidades e que deveria ser feita pressão pelos cidadãos, como por exemplo através de um abaixo assinado. Referiu que as despesas da limpeza das fossas deveriam ser assumidas pela Indaqua. O Presidente da Junta concordou que tem de ser feita pressão junto da Câmara para a execução da rede de saneamento. Explicou que parte do investimento é feito pela Indaqua e outra parte pelas Aguas de Portugal, que congelou o investimento.

O Sr. Paulo Andrade acrescentou que este é um assunto complexo, mas que deve existir um plano concertado para o andamento do saneamento.

O Presidente da Assembleia reforçou que o trabalho da Junta tem de ser no sentido de pressionar, porque não tem capacidade de execução de uma obra desta natureza.

O Sr. Paulo Andrade acrescentou que a pressão deve ser também da população em geral. Levantou a possibilidade de existirem outras soluções técnicas, nomeadamente uma mini etar.

O Sr. José Sousa pediu esclarecimentos relativamente ao ponto 2, alíneas b) e c) da ordem do dia, ou seja, sobre o Centro de Convívio Sénior e sobre o Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças.

O Presidente da Junta esclareceu o que serviço de funerais passa a ter o valor de 160 € que os utentes do Centro de Convívio Sénior pagarão 20 € por mês.

O Sr. António Ramalho desafiou para que viessem mais pessoas a estas reuniões, uma vez que estava pouca gente. O Presidente da Assembleia contestou dizendo que estava um número de pessoas acima da média.

A Sra. Olinda Moreira questionou os valores para o serviço de transporte escolar em comparação com os do Centro de Convívio Sénior, dizendo que o valor para as crianças era muito elevado em relação aos idosos.

O Presidente da Junta explicou que os idosos que frequentam o Centro de Convívio Sénior são cerca de 20 e que atualmente não pagam nada. Todos os que colaboram no centro de convívio são voluntários, à excepção do José Furtado e que os utentes levam coisas de casa. Assim, o valor da mensalidade será simbólico. Realçou que na revisão da Tabela de Taxas e Licenças foi opção do executivo manter todos os valores, exceto o dos funerais.

A Sra. Olinda Moreira enfatizou que como a escola era distante as crianças não podiam ir a pé. O Presidente da Assembleia lembrou que das 4 freguesias, Bagunte era a que tinha mais alunos e para manter a escola em Bagunte o terreno possível foi o local actual.

A Sra. Olinda Moreira perguntou se o transporte para a Escola Primárias das outras três freguesias era gratuito e considerou que era injusto e muito caro. O Presidente da Junta confirmou que era gratuito.

O Sr. António Ramalho sugeriu aumentar a taxa relativa aos funerais e reduzir a taxa de transporte escolar.

O Sr. Fernando Almeida questionou o executivo relativamente ao prolongamento da rede de água em Outeiro. O Presidente da Junta de Freguesia

respondeu que a obra referida tinha sido estúpida e que faltava abranger as restantes casas.

O Sr. Fernando Almeida alertou para a importância de pedidos de orçamento para as obras serem mais públicos. O Presidente da Junta respondeu que, devido ao novo regulamento, todas as obras seriam sujeitas a concurso público e que o executivo iria cumprir as regras.

Relativamente às atas das reuniões da Assembleia, a Sra. Inês Afonseca sugeriu que fosse feita gravação das reuniões e considerou que tinha sido uma omissão muito grave a que tinha existido na ata da reunião anterior. Perguntou ao executivo relativamente à água impropria para consumo nas fontes públicas e pelas respectivas análises. O Presidente da Junta respondeu que as análises estavam a ser feitas, os resultados estavam afixados, mas que mesmo assim as pessoas vinham buscar água.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que será aprovada e assinada.

Oséias Chagas

Ridália Boalzeiro
José António Capela
~~António~~

Flávia Amélia Pereira e Araújo
Carlos José Fintado Feneire
Santos Filipe de Sousa Araújo

ATAS